

A criação artística no centro da política cultural

12-Mar-2009

Quanto mais alargados forem os mecanismos para a prática e a fruição artísticas, mais informada, mais crítica, mais participativa, mais cosmopolita será a comunidade e mais justo e democrático será o seu desenvolvimento. Aqui reside o interesse público da criação artística e se fundamenta a intervenção do Estado.

Contributo de Pedro Rodrigues, administrador da Escola da Noite do Grupo de Teatro de Coimbra

Â

Â

Â

Iniciada com décadas de atraso em relação a outros países europeus, a actualidade do Estado português neste domínio tem sido envergonhada nos propósitos e limitada nos recursos, assentando numa contradição que continua por sanar: ao mesmo tempo que destina verbas para financiar a criação artística, o próprio Estado alimenta práticas e discursos que minorizam o público e criadores.

liberdade,
igualdade e criatividade

Como qualquer sector de actividade que implique meios humanos e materiais, a criação artística será sempre financeiramente dependente - do Estado ou do mercado. Cabe a uma política de esquerda reconhecer que só o Estado pode garantir a igualdade de todos no acesso à criação artística, independentemente dos seus recursos económicos ou da zona de residência, e que só o financiamento público pode assegurar a sobrevivência dos sectores da criação em relação aos quais o mercado

não responde de forma suficiente. Ao contrário do que se afirma no programa do actual governo, não a intervenção do Estado, contratualizada e transparente, garante a liberdade no sector criativo - não ao Estado que devemos exigir o respeito pela universalidade dos direitos individuais e colectivos e não em relação ao Estado que, numa sociedade democrática, as cidadãs e os cidadãos dispõem dos mais eficazes mecanismos de fiscalização.

A meta simbólica do 1% do Orçamento de Estado, prometida e desrespeitada por sucessivos governos, mantém-se como referência máxima a alcançar com urgência e constitui um sinal político de enorme relevância que um programa de esquerda não pode deixar de concretizar.

transversalidade
e irresponsabilidade

Pela natureza da actividade artística e pelos resultados multi-facetados da sua difusão, é frequentemente defendida a necessidade de uma intervenção transversal por parte do Estado. As ligações com outras áreas de governação (a educação, o turismo, a economia) não podem no entanto servir para disfarçar o sub-investimento na criação artística, remetendo-a para uma "terra de ninguém" onde todos são co-responsáveis mas ninguém se responsabiliza. Uma política para a igualdade reforça o papel específico do Ministério da Cultura na gestão da intervenção pública no domínio artístico e encara todas as colaborações com outros sectores como formas de complementar, maximizar e rentabilizar o investimento directo entretanto feito.

as redes
precisam de nós

De igual modo, o trabalho em rede não deve ser um fim em si mesmo, num contexto em que os nós em que tais redes deveriam assentar (os nós que podem sustentá-las e alimentá-las) estão fragilizados e a tentar sobreviver. Sem que esses nós tenham um mínimo de estabilidade, as redes criadas por decreto transformam-se, perversamente, em mecanismos que acentuam as desigualdades entre estruturas mais e menos consolidadas e entre regiões do país com níveis de desenvolvimento artístico muito diferenciados. Em matéria de descentralização da criação artística (elemento indispensável à descentralização "cultural"), será necessário:

-
contratualizar
com estruturas de criação e criadores individuais
estrategicamente distribuídos pelo território
contratos-programa que lhes permitam desenvolver o seu trabalho em
condições temporais e financeiras razoáveis e
que tenham em conta as especificidades locais;

-
criar um programa
específico para o apoio ao programa de
espaços culturais, tirando partido das infra-estruturas
entretanto criadas e rentabilizando o investimento feito na criação
artística;

-
alargar o sector
público da criação artística,
actualmente limitado a Lisboa e Porto, integrando-o numa lógica
de desenvolvimento das principais cidades médias do país.

para além
do dinheiro

Uma política
para a igualdade no domínio da criação artística
vai necessariamente além do reforço orçamental.
Reconhecido, de facto, o interesse colectivo desta actividade,
compete ao Estado e aos seus responsáveis combater por todos
os meios as representações simbólicas que têm
ajudado a criar entre a população, como os discursos da
subsídio-dependência ou do elitismo. Uma mudança
de paradigma (aqui sim) transversal a todas as áreas e escalas
de governação, com particular destaque para o papel da
educação, assumindo a forma de
públicos como um dever colectivo e não como uma
responsabilidade dos criadores.

Inclui-se nesta
mudança:

-
a universalização
do ensino das várias expressões artísticas

desde o ensino pré-escolar e ao longo de todos os níveis de escolaridade;

-

a disponibiliza  o de meios de informa  o e divulga  o das iniciativas artísticas financiadas pelo Estado nos órgãos públicos de comunica  o social.

  